



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2024  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2024

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO

1. **OBJETO:** Pagamento de inscrição de um servidor para a participação no CURSO DE CONTROLADORIA APLICADA AO SETOR PÚBLICO, NOS DIAS 19, 20 DE AGOSTO E 05 E 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM CHAPECÓ/SC.

2. **CONTRATADO:** Pública Assessoria em Contabilidade e Gestão Eireli Me CNPJ 16.457.852/0001-42.

### 3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Acerca da justificativa do preço contratado e da pesquisa de preços realizada para subsidiá-la, extrai-se no Termo de Referência:

Prevê o art. 72, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, junto ao processo de contratação direta, deverá ser realizada pesquisa de preços, como em processos licitatórios, para fins de estimativa do valor da contratação e que será utilizada, em documento posterior, para fins de justificativa do preço contratado:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; [...]

VII - justificativa de preços; [...]

O âmbito do município existe o seguinte regulamento:

Decreto Municipal, n. 4072/2024 de 11 de janeiro de 2024.

Cumprido destacar que esta estimativa de valor não configura uma seleção de menor preço, tampouco, necessariamente, um preço máximo que



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

a administração pode arcar. Ao contrário, busca subsidiar, em momento seguinte a este Termo de Referência, a verificação se o preço daquele que já foi escolhido como contratado é compatível com o mercado, conforme dispõe o ilustre doutrinador Joel de Menezes Niebuhr<sup>1</sup>:

[...] há de se separar duas questões: uma é a escolha do futuro contratado, que não precisa se amparar decisivamente no preço, outra é a justificativa do preço do futuro contrato, que deve ser compatível com o mercado. Demonstrado que o preço é compatível com o mercado, em face da pesquisa de preços que é realizada com antecedência e que pode ocorrer independentemente da consulta direta a qualquer fornecedor ou interessado, a Administração Pública goza de discricionariedade para a escolha do futuro contratado, desde que de maneira motivada. Sob essa perspectiva, não é obrigatório que em contratação direta haja alguma espécie de disputa entre possíveis interessados. Basta, apenas, que a escolha do futuro contratado seja motivada e que o preço seja compatível com o mercado, o que não depende, insista-se, de cotação direta de preços com outros fornecedores ou interessados.

Ressalta-se, ainda, que a compatibilidade com o praticado no mercado não significa ser necessariamente inferior, em valores absolutos, ao montante obtido na pesquisa de preços. Pede-se, na literalidade do art. 72, inciso VII, um preço justificado. Se o objetivo da contratação direta fosse a rigorosa busca do menor preço, não seria uma contratação direta, mas um pregão com o critério de julgamento de menor preço. Nesse sentido, extrai-se da doutrina especializada:

No caso da contratação direta, o que se espera é que o preço seja “justificável”, o que não necessariamente implica dizer em ser inferior ao preço de mercado ou à média obtida. No caso de inexigibilidade de licitação, por exemplo, sequer é possível falar em “preço de mercado”, propriamente, pois inviável a competição: nesse caso o preço de referência usualmente é o regular da própria contratada. Havendo divergências entre o preço obtido em pesquisa e o da contratação que



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

se pretende formalizar, este deve ser justificável para que o procedimento possa prosseguir.

Assim, ilustrado não se tratar de um preço máximo de licitação, o valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021.

O inteiro teor da pesquisa de preços encontra-se nos autos deste processo eletrônico e os valores encontram-se transcritos a seguir.

ITEM	QT D	UNIDAD E	DESCRIÇÃO	PREÇO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
1	01	UN	Inscrição para o curso de controladoria aplicada ao setor público, nos dias 19, 20 de agosto e 05 e 06 de setembro em chapecó/sc. Módulo III - A Relação da Controladoria, controle interno com a auditoria operacional macrofunções da Controladoria Interna PLANEJAMENTO ANUAL DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA Periodicidade, estrutura, Supervisão, Aprovação, Alteração SEGREGAÇÃO DE FUNÇÃO A segregação de funções como princípio básico do sistema de controle interno A segregação de função como uma ferramenta para otimizar e gerar eficiência na área pública Promover a separação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações A EXECUÇÃO DA AUDITORIA A função de Auditoria na execução das atividades do controle interno Check list e propostas de Auditorias nos Municípios TRANSPARÊNCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO A atuação do controle interno no exercício do direito ao acesso à informação Check list e Auditoria de Transparência e Acesso a Informação Procedimentos para proteção das informações levando em consideração os princípios da transparência e da Lei de Acesso à	1.980,00	1.980,00



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

ITEM	QT D	UNIDAD E	DESCRIÇÃO	PREÇO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
			<p>informação.</p> <p>A AUDITORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM PARCERIAS COM ENTIDADES – OSC, OSCIP, ASSOCIAÇÕES, CLUBES DE FUTEBOL, DENTRE OUTROS</p> <p>A participação da controladoria interna no processo de transferência de recursos a entidades, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e IN TC 33/2024, convênios, acordos, contratos e outros.</p> <p>FISCALIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Controle interno</li><li>Controle externo</li><li>Controle social</li></ul> <p>NORMATIZAÇÕES E AUDITORIAS EM SITUAÇÕES DIVERSAS</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Controle de carga horária e frequência de servidores</li><li>Controle de horários de atendimentos de órgão públicos</li><li>Condução e procedimento de sindicâncias e processos disciplinares</li><li>Inventário e registro de bens públicos móveis e imóveis</li><li>Utilização de máquinas e veículos da Prefeitura (hora-máquina, etc.)</li><li>Controle de frotas, quilometragem da frota e despesas de combustível</li><li>Utilização de imóveis e repartições municipais por particulares</li><li>Ordem cronológica dos pagamentos realizados pelo Município</li><li>Recebimento de materiais e serviços</li><li>Dispensação de medicamentos</li><li>Distribuição gratuita de bens e benesses sociais na execução de programas sociais (roupas, cobertores, lenha, livros, óculo e etc.).</li><li>Autuações e diligências realizadas por fiscais de tributos</li><li>Lançamento e cobranças da atividade municipal</li><li>Diárias e adiantamento</li><li>Validade dos produtos adquiridos e controle de estoque</li><li>Vistoria de veículos utilizados no transporte escolar</li></ul>		



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

ITEM	QT D	UNIDAD E	DESCRIÇÃO	PREÇO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
			<p>Viagens oficiais – comprovação de destino e finalidade</p> <p>Dias 05 e 06 de setembro</p> <p>Módulo IV - A Execução da Auditoria Interna e Operacional Municipal / Auditoria Interna nos Padrões adotados pelo TCE/SC</p> <p>PARTE I - AUDITORIA INTERNA</p> <p>GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA</p> <p>Programação Anual de Auditoria Interna (PAAI)</p> <p>Periodicidade da PAAI</p> <p>Estrutura da PAAI</p> <p>Dos requisitos para os profissionais de auditoria interna</p> <p>Gestão e melhoria da qualidade</p> <p>Participação de profissionais externos</p> <p>Relatório de Atividades da Auditoria Interna (RAAI)</p> <p>PLANEJAMENTO DE AUDITORIA</p> <p>Entendimento da unidade auditada</p> <p>Definição do universo de auditoria</p> <p>Avaliação da maturidade da gestão de riscos</p> <p>Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos</p> <p>Planejamento dos trabalhos individuais de auditoria</p> <p>Análise preliminar ou levantamento</p> <p>Objetivos e escopo</p> <p>Definição do programa de trabalho</p> <p>Matriz de planejamento</p> <p>PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA</p> <p>Extensão dos procedimentos de auditoria</p> <p>Época dos procedimentos de auditoria</p> <p>Natureza dos procedimentos de auditoria</p> <p>Testes de controle</p> <p>Testes substantivos</p> <p>TÉCNICAS DE AUDITORIA</p> <p>Exame</p> <p>Observação</p> <p>Reexecução</p> <p>Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador</p> <p>Indagação</p> <p>Recálculo</p> <p>Rastreamento e vouching</p>		



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

ITEM	QT D	UNIDAD E	DESCRIÇÃO	PREÇO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
			Benchmarking Análise documental Confirmação externa (circularização) Procedimentos analíticos (revisão analítica) Amostragem Alocação da equipe de auditoria <b>EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA</b> Coleta e análise de dados Comunicação com a unidade auditada Evidências de auditoria Atributos das evidências Fontes de informação Grau de persuasão das evidências Achados de auditoria Componentes de um achado de auditoria Requisitos de validade de um achado de auditoria Classificação dos achados de auditoria Apresentação dos achados de auditoria (matriz de achados) Processo de revisão dos achados de auditoria Manifestação da unidade auditada Papéis de trabalho Responsáveis pelos papéis de trabalho Classificação Armazenamento dos papéis de trabalho Política de acesso aos papéis de trabalho Recomendações Requisitos para a elaboração de recomendações Apresentação das recomendações Revisão das recomendações Qualidade da comunicação dos resultados Relatório de auditoria Estrutura do relatório de auditoria Estrutura do relatório preliminar de auditoria Estrutura do relatório final de auditoria Revisão do relatório de auditoria Divulgação do relatório final de auditoria <b>MONITORAMENTO DO TRABALHO DE AUDITORIA</b> Monitoramento das recomendações em relatório de auditoria Monitoramento das notificações para providências e das notas de auditoria Avaliação dos benefícios gerados na adoção		



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

ITEM	QT D	UNIDAD E	DESCRIÇÃO	PREÇO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
			de recomendação PARTE 2 - AUDITORIA OPERACIONAL AUDITORIA OPERACIONAL Conceito e dimensões Fluxo da auditoria Seleção dos temas de auditori Levantamento PLANEJAMENTO Escopo da auditoria Abordagem da auditoria Objetivo geral ou problema de auditoria Atividades do Planejamento da Auditoria EXECUÇÃO Achados de Auditoria Matriz de Achados Apresentação e/ou validação do resultado da auditoria RELATÓRIO Orientações gerais Estrutura padrão do Relatório de Auditoria PLANO DE AÇÃO MONITORAMENTO ROTEIRO DE AUDITORIA OPERACIONAL MODELOS DE DOCUMENTOS UTILIZADOS PELO TCE/SC		
				<b>TOTAL</b>	1.980,00

Conforme proposta de Anexo a este processo, o valor a ser dispendido para a contratação é de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais) o qual encontra-se de acordo com o valor de mercado com comprovação através de notas fiscais de cursos semelhantes ofertados em outros eventos.

Por tratar-se de única empresa responsável pela organização do evento, a taxa de inscrição será paga diretamente a esta, destacando-se que este valor se encontra de acordo com o valor praticado no mercado conforme comprovado, sendo a contratação fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea "f" c/c § 2º do artigo 95, da Lei 14.133/2021.

Sendo assim, justificado está o preço a ser contratado.



# MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

*Capital Catarinense do Filó*

Lindóia do Sul, 08 de agosto de 2024.

**NEUDI ANGELO BERTOL**  
Prefeito Municipal